

Exma. Senhora  
Dr.ª Catarina Gamboa  
Chefe de Gabinete do Senhor Secretário  
de Estado Adjunto e dos Assuntos  
Parlamentares  
Palácio de São Bento  
1249-068 LISBOA

---

**SUA REFERÊNCIA**  
767

**SUA COMUNICAÇÃO DE**  
14/03/2019

**NOSSA REFERÊNCIA**  
ENT.  
Nº 1093/2019  
PROC. Nº: 6/2019

---

**ASSUNTO: Pergunta nº 1572/XIII/4ª, de 14 de março. Intervenções futuras no Porto de Leixões.**

Em resposta à Pergunta n.º 1572/XIII/4ª de 14 de março, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, consultada a APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, SA sobre o assunto mencionado em epígrafe encarrega-me Sua Exa a Ministra do Mar de informar o seguinte, relativamente às questões colocadas:

**1. Considerando que no âmbito da nova expansão do porto de Leixões deveriam ter sido ouvidas as entidades municipais da área de influência daquela infraestrutura e que estas se queixam de falta de diálogo, está Vossa Excelência em condições de nos dizer que diligências tomou para dar conhecimento deste projeto a estes autarcas?**

Os projetos referidos encontram-se incluídos no Plano de Ação da Estratégia para o Aumento da Competitividade da rede de portos comerciais do Continente - Horizonte 2026, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2017 de 24 novembro de 2017. Os processos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) destes projetos foram conduzidos pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), tendo sido solicitados pareceres da Câmara Municipal do Porto relativamente aos mesmos. No âmbito do processo de AIA foi ainda promovida uma sessão pública em fase de consulta pública que decorreu a 23.05.2018 nas instalações da APDL. Face ao exposto considera-se que os autarcas e todos os interessados tiveram oportunidade de conhecer o projeto e de se pronunciar em fase própria a respeito do mesmo. Dando cumprimento ao plano de divulgação do programa de execução das obras, a APDL assegurou diversas sessões, apelando sistematicamente à participação civil nos debates dirigidos ao público. Nomeadamente:

- Fevereiro 2017: Apresentação Pública do projeto no Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões, na presença da Ministra do Mar, Ana Paula Vitorino, de autarcas da região, entre os quais o atual Presidente da Câmara Municipal do Porto e de diversas individualidades;
- Maio 2018: Sessão privada com a Câmara Municipal de Matosinhos, a Junta de Freguesia de Matosinhos e Leça da Palmeira e representantes da comunidade surfista;
- Maio 2018: Sessão pública promovida pela Agência Portuguesa do Ambiente;



- Fevereiro | março 2019: Várias sessões realizadas com a comunidade surfista e de desportos de vela, responsáveis da DocaPesca e representantes da restauração;
- Março 2019: sessões com o Plenário do Executivo da Câmara Municipal de Matosinhos e com as Comissões de Ambiente e Planeamento da Assembleia Municipal de Matosinhos;
- Março 2019: sessões de esclarecimento com delegações das forças partidárias ou dos movimentos cívicos com representação na Assembleia Municipal de Matosinhos.

A APDL está sempre disponível para esclarecer as instituições autárquicas e as forças representativas das comunidades de Matosinhos e do Porto, com quem, aliás, tem historicamente desenvolvido uma comunhão de esforços e uma parceria multidisciplinar com grande sucesso. De realçar que, recentemente, foi criado, por despacho da Sra. Ministra do Mar, Ana Paula Vitorino, um Grupo de Acompanhamento da obra, que integra o Ministério do Mar, a APDL e as autarquias do Porto e de Matosinhos, e que terá como missão discutir questões que têm de ser reavaliadas e analisadas com maior profundidade, e monitorizar, avaliar e inventariar soluções para eventuais problemas que possam surgir com a empreitada.

**2. Sabemos que estas intervenções, como aliás aconteceu anteriormente com a sobrecarga do molhe Norte de Leixões e na Figueira da Foz, provocam “movimentos dinâmicos das Areias”. Foram feitos estudos que permitam assegurar que o aumento do molhe não vai desarear as praias da Foz?**

O Laboratório Nacional de Engenharia Civil conduziu um conjunto alargado de estudos em modelo físico e numérico que visaram, entre outros objetivos, o estudo do impacto do prolongamento do quebra-mar exterior no transporte sedimentar, não tendo sido identificados quaisquer impactes relevantes neste trecho costeiro a sul do Castelo do Queijo.

Importa ainda referir, que há mais de duas décadas que a APDL realiza anualmente a modelação e recarga da praia de Matosinhos, garantindo desta forma que a mesma se encontra sempre em condições de configuração normal e adequada para a época balnear. A APDL corrigiu assim a morfologia da praia, através da retirada periódica de areias acumuladas no extremo norte da praia de Matosinhos e a sua reposição na zona sul. Essa correção vai continuar a ser assegurada após o prolongamento do quebra-mar, até porque a APDL é a primeira interessada em evitar a entrada de areias para o canal de acesso ao porto.

**3. Estão avaliados todos os efeitos positivos e negativos desta intervenção de forma a garantir a compatibilidade do investimento, nomeadamente com outras apostas turísticas da zona da Foz como o Surf?**

Apesar de não terem sido identificadas, no âmbito dos inquéritos efetuados no decorrer do Estudo de Impacte Ambiental, apostas turísticas ligadas ao surf nas praias da Foz, foram analisados os impactes sobre os principais vetores relevantes. Naturalmente, foi dada especial importância à avaliação os impactes nos desportos de ondas nas praias de Matosinhos e Internacional, por se terem identificado estes locais como potencialmente afetados pela intervenção. A Declaração de Impacte Ambiental identificou a necessidade de se efetuar um estudo socioeconómico dos impactes da obra na região do grande Porto, em particular nos desportos de deslize, que iniciará durante a obra e se prolongará após a conclusão da mesma, por um período que se pode estender a 5 anos. De referir que o estudo tem por objetivo avaliar os reais impactes da empreitada nas atividades económicas, nomeadamente o surf, prevendo também a identificação das



eventuais medidas mitigadoras a implementar decorrentes das conclusões deste estudo. Para coordenar esse estudo e implementar possíveis medidas que resultem do mesmo, será constituído ainda um grupo de trabalho que incluirá a APDL, a Câmara Municipal de Matosinhos, a Junta de Freguesia de Matosinhos e Leça da Palmeira, a Câmara Municipal do Porto, as Associações de Surf, entre outros.

De destacar que a APDL vai ainda fazer, um estudo de monitorização das ondas e da morfologia das praias em causa. Esta monitorização, que começará antes do arranque da obra, prolongar-se-á pelo período de cinco anos, para que eventuais fatores geradores de impactos negativos sejam minimizados e atempadamente corrigidos. As praias da Foz serão também incluídas na monitorização da sua morfologia.

Com os melhores cumprimentos,

O Técnico Especialista

Nuno José Gonçalves